



Entrada na Mesa
15/1/2016
15h20m

ANUNCIADO
O Presidente

Cópia ao Sr. Primeiro-Ministro e todos os Distintos Deputados.

Alves
14/1/2016

Presidente da República

MENSAGEM AO PARLAMENTO NACIONAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, TAUR MATAN RUAK NA PROMULGAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2016

(Decreto do Parlamento Nacional n.º 20/III, Orçamento Geral do Estado para 2016)

Sr. Presidente do Parlamento Nacional, Dr. Vicente Guterres, EXCELENCIA,
Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria de Araújo, EXCELENCIA,
Sras. e Srs. Deputados, EXCELENCIAS,

Faço acompanhar a promulgação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2016 da presente mensagem dirigida a Suas Excelências, as Sr.as e os Sr.s Deputados, como a Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, a cujo Governo compete a execução orçamental. Esta mensagem é expressão do contributo do Presidente da República para promover o desenvolvimento do nosso País, a mais justa repartição dos recursos e a melhoria das condições de vida das populações, que o OGE deve promover.

EXCELENCIAS,

§ 1 Vetei o OGE para 2016 por entender que todos em conjunto podemos melhor definir o destino colectivo da nossa comunidade em construção. Os recursos que temos ao nosso dispor serão sempre escassos para fazer face a todos os desafios da construção do nosso Estado, em especial, para satisfazer as necessidades dos nossos cidadãos.

T. Alves

§ 1.1 As necessidades mais básicas dos nossos cidadãos estão ainda por satisfazer, em especial, nas zonas rurais, que tenho visitado ao longo do meu mandato. Por essa razão, alertei atempadamente para a necessidade de estabelecer como prioridade do OGE para 2016 o investimento na Educação, Saúde, Agricultura e instalações de Água e Saneamento. Do contacto com as populações, cada vez mais me convenço que o investimento nos Timorenses tem sempre retorno garantido ao invés do investimento em infra-estruturas cujo destino é ainda incerto.

§ 1.2 Para garantir este investimento nas pessoas é necessário assegurar também a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Por isso, tenho alertado para a necessidade de reforçar o investimento no desenvolvimento da economia não petrolífera, em especial, nas zonas rurais, na agricultura. Da mesma forma, há que garantir o uso sustentável dos recursos do Fundo Petrolífero. Interessa ponderar o destino de um OGE que duplica o uso de receitas do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado. Este efeito é agravado pela sobrevalorização das próprias receitas fiscais do sector petrolífero, alicerçando a construção do OGE em valores que não têm reflexo nos mercados internacionais.

§ 1.3 As mesmas preocupações levantadas por mim estão também refletidas nos vários relatórios das quais Suas Excelências têm conhecimento. Por exemplo, no relatório da Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional, aprovado em reunião de 26 de novembro de 2015, onde recomenda ao Governo "...a afetação de recursos às prioridades enunciadas no seu Programa e que procure investir mais ativamente no capital humano, rebalanceando para isso o investimento em "pessoas" e em infraestruturas". (p. 48).

§ 1.4 No mesmo relatório a Comissão C manifesta a sua preocupação com a redução da despesa em bens de saúde ao recomendar ao VI Governo Constitucional "Que assegure um reforço forte dos recursos alocados ao Departamento de Aprovisionamento Descentralizado do Ministério da Saúde, de forma a assegurar a realização e adequação dos procedimentos de aquisição de materiais e serviços essenciais ao Sistema Nacional de Saúde de forma atempada durante os ciclos de execução orçamental. A Comissão verifica com preocupação a redução substancial do orçamento para a Saúde (-24,9%)". (p. 53).

§ 1.5 Na Resolução da Segunda Sessão Plenária do Parlamento da Juventude, no período de 2013 a 2015, foi recomendado ao Parlamento Nacional aumentar o orçamento a disponibilizar para o sector da Educação, para resolver problemas essenciais, tais como o saneamento das escolas, falta de salas de aulas, instalações sanitárias e, como não poderia deixar de ser, na capacitação dos professores (*Rezulusaun Parlamentu Foinsa'e (PFN) Período 2013-2015*).

§ 1.6 Com o veto ao OGE para 2016, exerci as minhas competências constitucionais na defesa do interesse público. Congratulo-me com a reacção serena de todos os órgãos de soberania e, em especial, com a elevação da discussão dos fundamentos do meu veto no Parlamento Nacional.

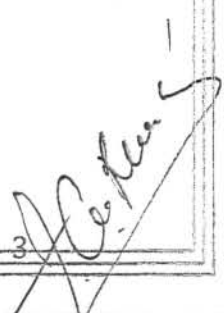
EXCELENCIAS,

§ 2 Promulgo agora o OGE para 2016 que o Parlamento Nacional escolheu confirmar, nos termos do art. 88.º, n.º 2 da Constituição.

§ 2.1 Mantenho intactas as minhas convicções, como intactos se mantêm os poderes presidenciais de controlo da actuação dos demais órgãos de soberania e que serão exercidos na implementação do OGE agora promulgado.

§ 2.2 Alerttei, na fundamentação do meu veto ao OGE para 2016, para a necessidade de o novo "Fundo de Infraestruturas", criado nos termos do art. 11.º do OGE para 2016, cumprir as obrigações de publicidade, controlo e responsabilização dos fundos autónomos, previstas no art. 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro (Lei do Orçamento e da Gestão Financeira). Espero que assim seja cumprido pelo Decreto-Lei do Governo que vier a regulamentar o novo "Fundo das Infraestruturas", como aconteceu na regulamentação do "Fundo das Infra-estruturas" agora extinto.

§ 2.3 Acompanharei a implementação do OGE segundo as prioridades que atempadamente defini, em particular, controlando a qualidade da realização de despesa pública nos projectos que envolvem maiores recursos. Para assegurar a boa execução do orçamento, todos temos também de proteger o controlo independente dos competentes órgãos do Estado, em especial, dos Tribunais, a primeira garantia da construção do nosso Estado de Direito consagrado logo na abertura da Constituição, no seu artigo 1.º.

3


EXCELÊNCIAS,

§ 3 Todos juntos somos poucos para fazer face aos desafios com que nos confrontamos. Tenho orientado o exercício dos meus poderes constitucionais pelo superior interesse da nossa Nação e dos nossos compatriotas. Assim continuarei a fazer, participando na edificação de um país forte e justo para todos.

Palácio Presidencial Nicolau Lobato, 14 de Janeiro de 2016

O Presidente da República,



TAUR MATAN RUAK